

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS)

Leonise Verzoni Gonzalez

Bacharel em Biblioteconomia, UFRGS, Porto Alegre, RS

Resumo

Este artigo é o resultado de uma pesquisa realizada na Biblioteca Graciema Pacheco (BibApl), com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS). Analisa a importância da biblioteca e a necessidade de sua participação ativa e permanente do processo educacional e de construção da cidadania, assim como a atuação do bibliotecário como mediador neste processo. Apresenta a Educação de Jovens e Adultos como meio de preparar os indivíduos para as complexas condições de trabalho oferecidas pela atual Sociedade da Informação cada vez mais exigente. Define, discute e caracteriza competência informacional como elemento essencial ao acesso à informação, fundamental para construção da cidadania. Propõe a introdução de uma nova disciplina no currículo da Educação de Jovens e Adultos que possibilite o desenvolvimento de habilidades em relação à localização e interpretação da informação de forma autônoma e independente. Conclui que o combate a todas as formas de analfabetismo pessoal, digital e informacional é o objetivo da educação voltada para a informação.

Palavras-Chave: Competência Informacional; Cidadania; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

This article is the result of a survey conducted in the Library Graciema Pacheco (BibApl), with students of Youth and Adults Education of the College of the Federal University of Rio Grande do Sul. It analyzes the importance of the library and the necessity of their active and permanent participation in the educational process and the construction of citizenship, as also the performance of the librarian as mediator in this process. It shows Youth and Adults education as a means of preparing individuals for the complex working conditions offered by the information society increasingly demanding. It defines, discusses and characterizes the information literacy as an essential element to access to information, which is fundamental to build the citizenship. It proposes the introduction of a new discipline in the educational program of Youth and Adults Education, that enables the development of skills in relation to the

location and interpretation of information in an autonomous and independent. It concludes that the combat all forms of illiteracy personal, digital informational is the goal of education for the information.

Keywords: Information Literacy; Citizenship; Youth and Adults education.

1 Introdução

Ao decidir retornar à escola na idade adulta, o indivíduo busca subsídios para (sobre)viver dignamente na sociedade do século XXI, a atual Sociedade da Informação, pois acredita que a escola irá lhe proporcionar a chance de crescimento e oportunidade de capacitação profissional, melhorando suas condições de vida e promovendo seu desenvolvimento pessoal e social.

Com a aquisição de sua autoconfiança, ele vai modificando sua visão de mundo e através da consciência crítica, começa a adquirir capacidade para transformar a realidade na qual está inserido. Ao mesmo tempo em que desenvolve sua autonomia cidadã e seu senso crítico, torna-se um indivíduo hábil e competente. É neste contexto que se faz essencial a atuação do bibliotecário, agente responsável pelo incentivo dos usuários, facilitador do acesso à informação e coadjuvante no processo de desenvolvimento da competência informacional do indivíduo.

Ainda não se tem conhecimento de um programa de capacitação informacional incluído no currículo escolar, fator que contribui para que os alunos, especialmente da EJA, foco principal deste estudo, se mantenham aquém de suas capacidades e possibilidades de conhecimento. Desta forma, julgou-se relevante conhecer as características, a eficiência e o conhecimento na busca da informação, além de identificar as necessidades de informação e demandas deste grupo.

Em um sistema de informação, é necessário que o bibliotecário tenha consciência da finalidade de sua profissão, principalmente no que tange aos serviços oferecidos, pois a partir do conhecimento das necessidades de seus usuários e da tradução em demandas é que estes serviços serão adaptados para melhor atendimento. Este estudo, portanto, se propôs a elucidar a seguinte questão: de que forma a educação de usuários pode auxiliar os alunos da EJA na construção da cidadania?

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o papel da educação de usuários na formação da competência informacional, junto aos alunos da EJA, que utilizam a Biblioteca Professora Graciema Pacheco do Colégio de Aplicação da UFRGS (BibApl), auxiliando-os na construção e no exercício da cidadania.

2 Materiais e Métodos

Este estudo configurou-se em uma pesquisa social descritiva com abordagem qualitativa que utilizou a estratégia de estudo de caso, apresentando como objeto de estudo a competência informacional relacionada aos alunos da EJA e à formação da cidadania. Em se tratando de uma

pesquisa de natureza social e cultural, portanto complexa, a escolha desta metodologia foi feita em função do tipo de problema a ser estudado.

Por interpretar as realidades sociais, o estudo qualitativo é desenvolvido, conforme Lüdke e André (1986, p.18) “[. . .] numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.” o que pareceu bastante adequado a essa pesquisa que apresenta, como personagens principais, os alunos da EJA.

Sob outro aspecto, o método do estudo de caso tem preferência quando as questões colocadas são do tipo “como” e “por que” e o problema está focalizado em uma situação contemporânea inserida em um contexto da realidade (YIN, 2005). Os estudos de caso apresentam ainda, de acordo com Lüdke e André (1986) algumas características fundamentais que motivaram sua escolha: eles visam à descoberta, revelam experiência vicária e permitem generalizações, buscam retratar a realidade de forma completa e procuram representar os diferentes pontos de vista de uma situação social.

A amostra deste estudo foi composta por seis alunos da EJA do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, selecionados aleatoriamente entre o total de 167 alunos do 2º semestre de 2009.

O levantamento das informações necessárias ao estudo foi realizado por meio de entrevista individual com roteiro pré-estabelecido. As questões foram formuladas de forma que a entrevista permitiu a compreensão das motivações destes sujeitos e de seus comportamentos dentro deste contexto social.

A entrevista, do tipo semi-estruturada¹, possibilitou a interação entre o entrevistador e o entrevistado facilitando assim, o esclarecimento imediato de dúvidas tanto por parte do entrevistado como do entrevistador.

3 Revisão de Literatura

3.1 Biblioteca: espaço de sociabilidade

Mais do que organizar e preservar a informação, a biblioteca contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, promovendo o desenvolvimento global do ser humano em parceria com a escola. Oferecer informação de suporte ao programa pedagógico da escola, incentivar a leitura, facilitar a busca da informação nas várias fontes, proporcionar um espaço ideal para o desenvolvimento do senso crítico, de respeito à difusão das idéias e da socialização, são algumas ações educativas da biblioteca.

Segundo Silva, E. (1985, p.141), a biblioteca é um espaço “[. . .] construído através do ‘fazer’ coletivo [. . .]” e tem como função “[. . .] a transmissão da herança cultural às novas gerações de modo que elas tenham condições de reapropriar-se do passado, enfrentar os desafios do presente e projetar-se no futuro.”

De acordo com o manifesto indicado pela IFLA², juntamente com a UNESCO³, para que ocorra o desenvolvimento da competência informacional,

¹ “[. . .] que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.34)

² IFLA: International Federation of Library Associations

no processo de educação, é essencial que a biblioteca cumpra os seguintes objetivos:

- a) apoiar e promover os objetivos educacionais definidos na missão e de acordo com o currículo da escola;
- b) apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de habilidades para avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, incluindo a sensibilidade para o uso adequado das formas de comunicação com a sua comunidade;
- c) defender a idéia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania plena e responsável e ao exercício da democracia;
- d) desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- e) oferecer oportunidades de utilização, produção e uso da informação voltadas para a aquisição do conhecimento, à compreensão, ao desenvolvimento da imaginação e ao lazer;
- f) organizar atividades que incentivem a consciência e a sensibilização para as questões de ordem cultural e social;
- g) promover a leitura, disponibilizar os recursos e serviços da biblioteca escolar à comunidade escolar e fora dela;
- h) prover acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os alunos às idéias, experiências e opiniões diversificadas;
- i) trabalhar em conjunto com alunos, professores, administradores e pais de modo a cumprir a missão e objetivos da escola.

O ideal da biblioteca é, portanto, participar de forma ativa e permanente do processo educacional e de construção da cidadania, é também promover o acesso à informação de forma autônoma para formar indivíduos críticos e hábeis que consolidem sua voz no espaço público.

3.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA): o resgate da cidadania

A educação é direito social fundamental garantido no artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988⁴ e pressupõe o desenvolvimento integral do ser humano, ou seja, a formação de sua capacidade física, intelectual e moral. Consiste em um processo de interação entre seres sociais onde ocorre a transmissão de conhecimentos de um agente ao educando e vice-versa, visando à formação de habilidades, do caráter moral e da personalidade social do indivíduo. Cita-se também, o art. 205⁵ desta Constituição que garante,

³ UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

⁴ Art. 6º (CF:1988) : São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

⁵ Art.205º(CF:1988): A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo

através do ensino gratuito, o pleno desenvolvimento do indivíduo, o preparo deste para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Segundo Targino (1991, p.155), o objetivo da Carta Magna ao estabelecer a educação obrigatória no período da infância é formar o adulto pleno, ou seja, não se trata de garantir os direitos da criança de frequentar a escola, “[. . .] mas do direito do cidadão de ter sido educado e informado” e transformado em indivíduo capaz de participar democraticamente das decisões da sociedade. Trata-se, portanto, de uma educação calcada no respeito, ao mesmo tempo libertadora que desenvolve a consciência crítica e incentiva a reflexão, a discussão e o debate.

A educação precisa ser compreendida como parte de um contexto histórico e social, como um instrumento para entendimento, reflexão e crítica dos valores herdados e dos novos que estão sendo propostos, não é, portanto, um processo fechado, acabado e definitivo. Contudo, no Brasil, assim como nas sociedades em geral, é praticamente impossível ensaiar algum conceito de educação ou de cidadania, sem remeter às desigualdades sociais imbricadas nestes temas.

Na maioria dos relatos obtidos através desta pesquisa, as pessoas lamentam a não conclusão de seus estudos porque precisaram optar por trabalhar, então abandonaram a escola pela necessidade de somar à renda familiar. Este é o perfil dos alunos da EJA do CAP/UFRGS: com idade entre 31 e 50 anos, parecem ter combinado a resposta quando questionados do motivo de não haver concluído seus estudos na idade regulamentar: “*não concluí porque tive que trabalhar para ajudar em casa*”.

Importante destacar a necessidade de preparar os alunos da EJA para as complexas condições de trabalho oferecidas pela sociedade atual cada vez mais exigente de forma que possam desenvolver autonomia para buscar conhecimento e capacidade de aprender continuamente, percebendo suas necessidades e sabendo como acessar e avaliar a informação, ou seja, como diz Le Coadic (2004, p.112): “[. . .] aprender a se informar e aprender a informar [. . .]” e ainda onde e como se informar. É através do acesso consciente à informação que o cidadão adquire conhecimento de seus direitos e deveres e a partir daí toma decisões nas situações concretas do seu dia-a-dia.

A atuação do bibliotecário, como mediador neste processo de construção do conhecimento é fundamental, e é assim que se alcança o objetivo principal do processo: a formalização legal da escolarização, mesmo que não na idade regular, contudo, a tempo de resgatar a identidade do indivíduo assim como sua autonomia cidadã neste processo de “pertencimento” ao grupo social.

3.3 Competência Informacional + Autonomia = Emancipação

A partir das grandes mudanças e necessidades advindas das tecnologias da informação e comunicação (TIC) deste século, o termo competência foi assimilado pelos bibliotecários que passaram a falar em

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

competência informacional (uma das traduções do termo inglês *information literacy*). O termo *Information literacy* foi utilizado inicialmente nos Estados Unidos da América e traduzido pela primeira vez no Brasil como “Alfabetização Informacional” por Caregnato (2000) e muito ainda se discute, a respeito da utilização dos termos e do conceito propriamente dito.

De acordo com o documento *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* (2000) da *American Library Association* (ALA), *information literacy* é um conjunto de habilidades que as pessoas possuem para reconhecer suas necessidades informacionais e ter a capacidade de localizar, avaliar e utilizar eficazmente a informação de que precisa, entre as diversas possibilidades de escolha que, em meio à abundante informação disponível, provocam dúvidas sobre a autenticidade, validade e confiabilidade destas informações. O documento afirma que *information literacy* é a base para a aprendizagem ao longo da vida, é comum a todas as disciplinas, a todos os ambientes educacionais e a todos os níveis de ensino.

A fim de escolher a tradução mais adequada do termo inglês *information literacy*, buscou-se caracterizar o sentido do termo “competência”. Para isso, representou-se “competência” através da inter-relação dos conceitos dispostos no esquema mostrado a seguir:

Figura 1: Características da Competência



Fonte: da autora

Sobre esse aspecto, competência implica:

- a) **Atitude:** ter iniciativa, ou seja, inteligência prática;
- b) **Conhecimento:** experiência pessoal anterior adquirida no assunto;
- c) **Habilidade:** capacidade de produzir algo;
- d) **Liberdade** para decidir.

A partir desta caracterização, portanto, optou-se utilizar, no decorrer deste estudo, a expressão “competência informacional” para tradução do termo inglês *information literacy* em detrimento dos termos “alfabetização” ou “letramento”, traduções equivalentes à palavra *literacy*.

O uso da informação para os indivíduos, de forma competente, traduz uma relação de emancipação na medida em que conseguem perceber a sua necessidade de informação, usar de suas próprias habilidades na localização, interpretação, análise e avaliação da informação de modo que esta lhe traga soluções cabíveis nas situações concretas de suas vidas. O relatório da *American Library Association - ALA*, em 1989, apud⁶ Campello e Abreu (2005, p.179) atinente, descreve competência informacional da seguinte maneira:

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Para produzir esse tipo de cidadania é necessário que escolas e faculdades compreendam o conceito de competência informacional e o integrem em seus programas de ensino e que desempenhem um papel de liderança preparando indivíduos e instituições para aproveitarem as oportunidades inerentes à sociedade da informação. Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender.

Quase nenhuma formação relativa à educação de usuários é oferecida aos alunos da EJA na biblioteca do CAP/UFRGS e a ação neste sentido se faz necessária e urgente. O processo de educação de usuários envolve principalmente, o dever social de formar o indivíduo competente informacional. Segundo a ALA (2000)⁷, o indivíduo competente informacional é capaz de:

- a) Acessar a informação necessária de forma eficaz e eficiente;
- b) Avaliar criticamente a informação e suas fontes;
- c) Compreender as questões econômicas legais e sociais relacionada ao uso da informação, assim como acessar e usar a informação de maneira ética e legal;

⁶ *American Library Association – ALA*, 1989 apud CAMPELLO e ABREU, 2005, p.179

⁷ Tradução da autora

- d) Determinar a extensão e abrangência da informação necessária;
- e) Incorporar a informação selecionada a sua base de conhecimento;
- f) Usar as informações de forma eficaz para atingir objetivos específicos.

É necessário, portanto, o planejamento e avaliação da ação pedagógica em busca dos meios de oferecer desafios e oportunidades aos alunos em um programa de educação de usuários que cumpra com seus objetivos de forma permanente e eficaz.

3.4 Cidadania e Acessibilidade: uma relação necessária

Para ser considerado cidadão pleno e ter condições de exercer a democracia é necessário que o indivíduo possua direitos civis, políticos e sociais. São considerados direitos civis, o direito de ir e vir, à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade; os direitos políticos se referem à participação do indivíduo nas decisões da sociedade em que vive, votar e ser votado, e os direitos sociais dizem respeito ao direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, ao lazer, à cultura e à saúde. Segundo Morigi, Vanz e Galdino (2003), dos direitos fundamentais do cidadão (civis, políticos e sociais) derivam outros direitos, entre eles, o direito às novas tecnologias, direito à informação, direito do consumidor, ou seja, direitos referentes à sociedade contemporânea. A construção da cidadania no século XXI passa, necessariamente, pelo acesso e uso da informação. A informação, hoje, é um bem social e também direito de todos, é através da informação que se estrutura a ligação entre os indivíduos e destes com a sociedade.

O conceito de cidadania, no entanto, é um conceito histórico, que vai se transformando com o passar dos tempos. Desde sempre se relacionou com as desigualdades sociais e com o sistema capitalista, mas no curso da história, vai incorporando características relativas às transformações das sociedades que alteram as relações sociais, econômicas e políticas. Em relação a um modelo de cidadania ideal, Morigi e Rhoden (2006, p.180) comentam:

O sentido de cidadania sofreu modificações e continua até hoje a ser constantemente alterado. Uma cidadania acessível a todos, com igualdade de direitos, sem exclusões ou discriminações, fornecendo igualdade de direito à informação, fator fundamental na formação de cidadãos conscientes em uma sociedade democrática, ainda está por vir.

Para que o indivíduo possa participar da vida política e social é imprescindível que tenha acesso aos vários tipos de informação e, evidentemente, tenha condições de entendimento e reflexão acerca da informação recebida. O acesso à informação é a única maneira de se combater a alienação social e cultural, possibilitando ao sujeito a capacidade de interação nas formações sociais a partir de posicionamentos críticos para discussão sobre os direitos básicos do cidadão, tais como habitação, saneamento básico, educação, saúde e segurança pública exercendo assim sua capacidade cidadã.

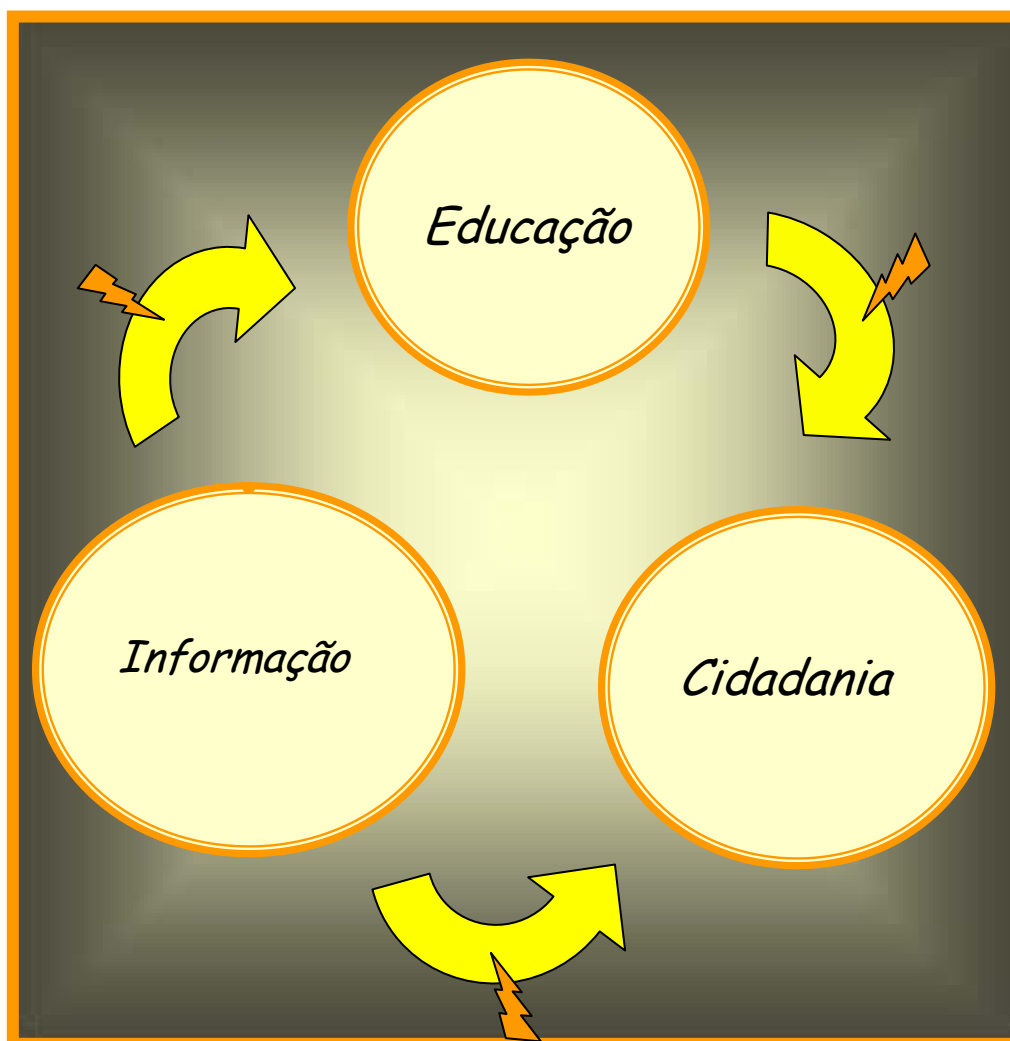
Ladeira e Amaral (1999) apud Passerino e Montardo (2007, p.4) conceituam inclusão social “[. . .] como um processo que se prolonga ao longo da vida de um indivíduo e que tem por finalidade a melhoria da qualidade de vida do mesmo.”

Para que este processo de conscientização se efetive e o exercício da cidadania se desenvolva plenamente é preciso fortalecer as bases que estão consolidadas na educação. De acordo com Morigi, Vanz e Galdino (2002, p.141), “O direito à educação pressupõe de imediato o direito ao acesso à informação, uma vez que a informação é parte do processo educativo.” Por conseguinte, o acesso à informação é fundamental na construção da cidadania e é somente através da socialização da informação que se chegará ao ideal de cidadania para toda a sociedade.

Considera-se o profissional bibliotecário, neste processo, agente importante na democratização da informação, tanto no papel de educador como no de “[. . .] catalisador e difusor da informação [. . .]” (TARGINO,1991, p.157).

Com base nas idéias propostas, para fins de ilustração, apresentamos um círculo cujos elementos se complementam e se relacionam no resgate ou construção da cidadania, representado na figura 2.

Figura 2: Relações entre informação, educação e cidadania



 = Catalisador

Fonte: da autora

O acesso à **informação** é condição básica para que a **educação** se efetive e parte fundamental na construção da **cidadania**. A **educação** por sua vez, é elemento chave no desenvolvimento da **cidadania**, formando o ciclo representado na figura acima. O símbolo (raio) representa o catalisador das etapas, ou seja, o profissional bibliotecário atuante em todas as transformações do processo de construção da cidadania.

Desta forma, ressalta-se, a importância do papel do bibliotecário e sua atuação como profissional da informação no processo de construção da cidadania dos alunos da EJA. Este deve assumir a postura de cidadão membro da sua comunidade e de agente disseminador, facilitando o acesso à informação que esses usuários necessitam, ou seja, informação objetiva, atualizada e em linguagem acessível. Ao ser questionada de que forma avaliava a informação a que tinha acesso, uma das alunas da EJA, respondeu: *“escolho a informação que oferece melhor entendimento no sentido de ter a escrita mais acessível para mim”*

Em meio a tantas desigualdades, é dever do bibliotecário estar atento à necessidade de promover a inclusão social e cultural, assumindo o compromisso de participar ativamente no desenvolvimento do indivíduo, na sua

melhoria pessoal, na sua qualificação profissional e na formação da sua cidadania plena.

3.5 Formação, Informação e Acesso: aquisição de competência para uma cidadania competente

A competência informacional está ligada ao desenvolvimento de uma série de habilidades relacionadas à busca, acesso e uso da informação e precisam ser desenvolvidas, ensinadas/apreendidas para a formação do indivíduo competente informacional. Dudziak (2003, p.26) comenta que o relatório da *American Library Association* (ALA) ressalta a importância da competência informacional para todos os indivíduos, trabalhadores e cidadãos. Diz a autora:

As recomendações se concentram na implantação de um novo modelo de aprendizado, com diminuição da lacuna existente entre a sala de aula e biblioteca. Esse novo modelo de aprendizado só é possível a partir de uma reestruturação curricular na qual seja privilegiado o uso dos recursos informacionais disponíveis, para a aprendizagem e resolução de problemas, de forma contextualizada, a fim de incutir nos aprendizes o hábito de buscar e utilizar criticamente a informação (e a biblioteca).

A idéia resultante desta pesquisa com os alunos da EJA, é a proposição de uma reestruturação no currículo da EJA, pretende-se não apenas diminuir a lacuna existente entre a sala de aula e a biblioteca, mas integrá-las.

Considerando a evolução constante das tecnologias da informação (TIC), a grande quantidade de informação disponível atualmente e a necessária educação para um posicionamento crítico e reflexivo perante à sociedade, acredita-se que essa nova proposta, a introdução da “informação” no currículo da EJA, garantiria o aprendizado e acesso consciente destes indivíduos à informação. Le Coadic (2004, p.113) afirma:

A introdução no ensino da disciplina ‘informação’, com um quadro de professores especializados, seria a garantia de ingresso dos alunos na sociedade da informação. Permitiria lutar contra esse considerável analfabetismo informacional, e, portanto, suprimir a distância que hoje separa os infopobres dos infopobres.

Para Guinchat e Menou (1994) qualquer ação de formação deve ser realizada de acordo com um plano que responda as questões: Para quem? Como? Por quanto tempo? De que forma? Onde?

A partir das entrevistas realizadas para este estudo, pode-se levantar informações a serem utilizadas quando da decisão e preparação das atividades a serem propostas. Ao serem inquiridos a respeito de como localizam o material que procuram na biblioteca, como aprenderam a procurar e, se a biblioteca supre suas necessidades de informação, as respostas obtidas foram unânimes: *“Localizo o material que preciso com a bibliotecária”*; *“Não aprendi a procurar, sempre peço ajuda no balcão”*; *“Sim, sempre que precisei, a biblioteca supriu minhas necessidades”*.

A análise das respostas pressupõe que os alunos da EJA são dependentes e incapazes de buscar informação básica por si só e desconhecem que a biblioteca pode oferecer vários assuntos relacionados à vida cotidiana. A maioria não utiliza a biblioteca porque não sabe como fazer isso. Respondem que a *“biblioteca supre totalmente suas necessidades”* por ser essa, a única realidade que conhecem. *“O serviço da biblioteca é satisfatório, não percebo se falta alguma coisa”*.

É necessário incluir no programa de educação dos alunos da EJA, a princípio, as habilidades mais simples de educação para acesso à informação. Caregnato (2000, p. 51) ao falar na tarefa fundamental para as bibliotecas universitárias, se refere ao desenvolvimento de “[. . .] habilidades relacionadas à localização, seleção, acesso e utilização da informação [. . .] de uma forma independente, criteriosa e produtiva.”

A discussão em torno das atividades práticas e teóricas que deverão ser desenvolvidas, assim como os conteúdos, temas e objetivos que deverão ser adaptados para esse novo programa para a educação dos alunos da EJA, são assuntos a serem debatidos em reuniões futuras com os departamentos de ensino e coordenação pedagógica. No momento, serão apresentadas algumas sugestões, sempre levando em consideração que o foco é o estudante da EJA e como tal, devem ser consideradas também as diferenças sociais, políticas, religiosas e econômicas do público-objeto deste estudo.

A proposta deste trabalho é a implantação de uma disciplina ao currículo da EJA que prepare esses indivíduos para o uso eficiente da informação de forma autônoma e permanente de maneira que sejam incluídos na Sociedade da Informação. Esta disciplina, que deverá estabelecer conexões entre saberes e conteúdos, deverá também relacionar os saberes gerais e profissionais, uma vez que um dos motivos de retomada dos estudos deste público, está relacionado à formação profissional.

Ao serem questionados a respeito do motivo de terem retomado seus estudos, os alunos entrevistados indicaram a qualificação profissional. *“Retomei meus estudos porque vi esperança de uma mudança profissional e financeira”*; *“Voltei a estudar para conseguir serviço”* e ainda: *“Voltei a estudar porque achava falta de entendimento, me sentia diminuída e excluída da sociedade de participação. Até meu contra cheque eu tinha que pedir para alguém ver, agora tenho autonomia. Tinha vergonha de não saber, de não falar direito...”*

Em função disso, é preciso planejar esta disciplina de forma a buscar meios de oferecer desafios e oportunidades aos alunos em um programa de educação de usuários que cumpra com seus objetivos na capacitação pessoal

e profissional destas pessoas. Poderíamos nomeá-la: **Formação, Informação, Acesso e Cidadania.**

A tabela a seguir tem a pretensão de organizar respostas para as perguntas de Guinchat e Menou (1994):

Tabela 1: Perguntas e respostas: plano de ação de formação

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Para Quem?	Alunos da EJA
Como?	Teoria e Prática
Por quanto tempo?	2 h p/ semana durante a formação
De que forma?	50% teoria 50 % atividades práticas
Onde?	Sala de aula e biblioteca

Fonte: da autora

Kuhlthau (2006) em seu programa de atividades sugere o desenvolvimento de algumas habilidades a serem incorporadas como disciplina na proposta curricular do ensino fundamental que podem ser adaptadas à EJA. São habilidades de localização e interpretação para usar os recursos informacionais e a biblioteca, que irão enriquecer o conhecimento e deverão ser significativas para a vida. Envolvem três aspectos principais:

- Aprender a reagir ao que viram e ouviram;
- Conhecer as fontes de informação disponíveis;
- Conviver com a Internet e lidar com grande quantidade de informação.

Sugere-se a inclusão no programa pedagógico da disciplina, conteúdo e atividades que possibilitem ao aluno da EJA:

- Acessar *links*;
- Aprender a citar fontes e fazer referências;
- Buscar informações em revista e jornais;
- Buscar informações na Internet;
- Comparar as informações de várias fontes;
- Conhecer o arranjo do acervo e como está disposta a informação na biblioteca;
- Desenvolver técnicas de busca por autor, título e assunto;

- h) Identificar e caracterizar a coleção de referência, juvenil, infantil, de periódicos, de folhetos, CD's, DVD's e o acervo geral;
- i) Identificar biografias;
- j) Interpretar as informações;
- k) Manusear enciclopédia e dicionários e aprender como está distribuída a informação nestes suportes;
- l) Procurar assuntos no catálogo e identificar o número de chamada;
- m) Produzir texto a partir de informações recebidas;
- n) Saber avaliar criticamente as informações;
- o) Saber buscar informações em almanaques e Atlas;
- p) Saber pesquisar nos índices.

A partir da formação e desenvolvimento destas e de outras habilidades que venham a ser incluídas no programa pedagógico da EJA, o indivíduo deverá adquirir competência para acessar a informação de forma eficiente e eficaz, com criatividade e exatidão.

4 Considerações Finais

O estudo de caso realizado neste trabalho possibilitou a oportunidade de conhecer um pouco do perfil dos alunos da EJA do CAP/UFRGS, verificar suas capacidades e analisar algumas de suas particularidades.

Constatou-se a necessidade de promover uma educação diferenciada que integre a teoria e a prática, cultura e trabalho com autonomia no acesso à informação, de maneira a formar indivíduos críticos e hábeis para que consolidem sua voz e sejam capazes de exercer a democracia na atual Sociedade da Informação e do Conhecimento. A formação educacional cidadã visa, portanto, desenvolver uma consciência individual e coletiva das condições modernas de informação.

O bibliotecário exerce papel fundamental enquanto mediador no acesso à informação e na formação das habilidades necessárias ao indivíduo neste processo. Em conjunto com os professores, participa ativamente na formação intelectual dos alunos auxiliando-os na construção e no exercício da cidadania.

Para produzir esse tipo de cidadania, é necessário o entendimento do conceito de competência informacional e a integração deste nos programas de ensino. A competência informacional é fundamental para desenvolver qualquer atividade pessoal ou profissional, pois define e norteia a melhor escolha na resolução de problemas. Pode-se afirmar que, quanto mais aprimoradas as competências mais chances de alcançar os objetivos pessoais e profissionais. *"A minha vida continua a mesma, mas as expectativas de melhorar de vida me estão mais próximas"*⁸.

Verificou-se, a partir deste estudo, a necessidade de uma educação permanente e constante aos alunos da EJA em relação aos saberes

⁸ Comentário de um dos alunos entrevistados.

informacionais por parte da biblioteca e da escola. Observou-se o desejo e necessidades dos alunos da EJA.

Em função dos resultados, a sugestão deste trabalho é a implantação de uma disciplina ao currículo da EJA que prepare esses indivíduos para o uso eficiente da informação de forma autônoma. O indivíduo irá adquirir competência informacional não só para o uso da informação como também para transformar, comunicar e produzir.

Combater todas as formas de analfabetismo pessoal, digital e informacional que dificultam o desenvolvimento econômico-social de nosso país, é o objetivo-fim da educação voltada para a informação.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1988.

CAMPELLO, Bernadete; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência Informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.178-193, jul./dez.2005.

CAREGNATO, Sônia E. O Desenvolvimento de Habilidades Informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v.8, p.47-55, jan./dez. 2000.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.32, n.1, p. 23-35, jan./abr.2003.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução Geral às Ciências e Técnicas da Informação**. Brasília, DF: IBICT,1994.

INFORMATION LITERACY COMPETENCY STANDARDS FOR HIGHER EDUCATION. Chicago, Illinois: American Library Association, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency#ilhed>. Acesso em: 03 nov. 2000.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **School Library Manifesto**. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/manifest.htm>. Acesso em 20 maio 2009.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. 2.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/livros, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréia de Souza; GALDINO, Karina. O Bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.7, n.1, 2002.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréia de Souza; GALDINO, Karina. Cidadania, Novos Tempos, Novas Aprendizagens: novos profissionais? **Em Questão**: revista da faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v.9, n.1, p.69-78, jan./jun. 2003.

MORIGI, Valdir José; RHODEN, Alvanir Maria. Cidadania e Comunicação: estratégias comunicacionais na veiculação de informações públicas em embalagens de cigarro. **ECOS Revista**, Pelotas, v. 10, n.2, jul./dez. 2006.

PASSERINO, Liliana Maria; MONTARDO, Sandra Portella. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. **Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Tecnologias de Informação e de Comunicação”, do XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino Americana de Comunicação, na Universidade Católica de Pelotas**. 2007, Pelotas. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Inclus%C3%A3o_social_via_acessibilidade_digital_proposta_de_inclus%C3%A3o_digital_para_pessoas_com_necessidades_especiais>. Acesso em: 10 dez. 2009.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Biblioteca Escolar: da gênese à gestão. In: AGUIAR, Vera Teixeira de et al. **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 134-145.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p.149-160, jul./dez. 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.